

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *jornal da Bahia*

Class.: 72

Data: 7 de Maio de 1985

Pg.: _____

Ordep Serra

1988 descalabro da Funai

As circunstâncias trágicas que marcaram o início da Nova República criaram problemas e atropelos em praticamente todas as áreas do governo. A verdade é que este não acabou de se instalar, nem de (re)programar-se. Para além dos ajustes e recomposições tornados necessários face à definitiva instauração da Presidência de José Sarney, muito trabalho tem dado, segundo vêm apontando numerosos comentaristas políticos, a falta de orientações e planos de ação em diversos campos, em relação aos quais o presidente Tancredo Neves tinha estratégias e diretrizes esboçadas, senão definidas, cuja explicitação não chegou a fazer, em alguns desses campos ele se reservara todo o acabamento do policy-making. O extremo desta reserva e a fatalidade da sua morte deixaram em tais casos graves lacunas, gerando perplexidades e hesitações perigosas nos que ficaram com a responsabilidade de concretizar a Nova República. Uma improvisação nem sempre feliz tem acontecido por isso em várias instâncias, temperada de frágeis contemporizações.

Isto se verificou, por exemplo, no concernente à questão indígena. Tancredo Neves chegou a instrumentar-se com trabalhos elaborados a seu pedido a partir de uma ampla discussão entre elementos representativos do movimento indígena e do indigenismo, das entidades de apoio ao Índio e da comunidade científica nacional, (através do segmento desta mais diretamente ligado à área em causa, segmento representado pela Associação Brasileira de Antropologia); o debate, que envolveu ainda políticos, membros de organizações democráticas da sociedade civil empenhadas na defesa dos direitos humanos e pessoas interessadas de um modo geral na construção de uma ordem social mais justa onde se equilibrem as relações entre os diversos componentes da pluralidade étnica do país, motivou a preparação de documentos encaminhados ao falecido presidente eleito.

Já tive ocasião de me referir aqui neste jornal à substância da proposta encerrada nesses documentos. Fundamentalmente, recomenda-se neles uma ampla revisão de toda a política indigenista do estado brasileiro, de modo a orientá-la para o reconhecimento dos direitos dos povos Índios enquanto povos, abrindo espaços para a sua máxima participação na tomada de decisões em todas as matérias que afetem seus interesses; tal revisão passa necessariamente pela extinção da atual Funai e pela criação de um novo órgão indigenista não subordinado a qualquer Ministério mas diretamente ligado à Presidência da República. De forma muito menos sistemática, fundamentada e articulada, outras sugestões e recomendações para o trato político da mesma problemática foram encaminhadas ao Dr. Tancredo Neves, em especial por indigenistas ligados à Fundação Nacional do Índio. Todavia, há motivos para crer que a proposta subscrita e endossada por instituições como a União das Nações Indígenas, as entidades de apoio ao Índio e a Associação Brasileira de Antropologia era muito bem vista pelo presidente eleito cuja posse os brasileiros esperaram em vão. Com sua proverbial sagacidade, ele sem dúvida alguma já havia percebido que não valia a pena passar recibo da monstruosidade em que a Funai se tornou, sem por a nu as terríveis distorções aí existentes e colocar em novas bases a ação indigenista do seu governo. Prudente como era, não esperaria o impacto das inúmeras bombas de efeito retardado armazenadas no órgão, mas providen-

ciaria sua desmontagem pronta e segura, segundo lhe foi sugerido.

Mas Tancredo Neves morreu e também neste terreno a Nova República ficou paralisada... uma crise que ele teria evitado já perturbou o governo do seu substituto e hoje sucessor, de maneira inesperada e fulminante.

O último presidente da Funai, o policial Nelson Marabuto, apesar da calamidade de sua "administração" e de ser um lldimo representante da repressão que tanto enivileceu o extinto regime, foi tolerado no seu posto além da medida, em consequência da hesitação e perplexidade do novo governo; acabou tendo aceito seu pedido de demissão motivado por uma de suas raras atitudes corretas (de apoio aos Caiapó do sul do Pará que lutam contra a exploração desavergonhada de suas riquezas minerais por estranhos, no famoso garimpo Maria Bonita). Ele aprendeu bem a arte do "gran finale" com seu antecessor, Jurandy Fonseca... O beau geste granjeou-lhe a grata simpatia dos Índios e o aplauso de muita gente boa (embora várias lideranças indígenas e os setores mais avisados da opinião pública não tenham caído no conto do "regenerado"). Ficou para o governo o ônus de ter-se comprometido com uma posição antiética, ilegal e oposta aos interesses indígenas.

Ora, no particular, ou seja, no que tange à exploração de riquezas minerais em território dos povos Índios, a posição de Tancredo Neves era clara, definida e taxativa: ele a tomou de público, com a maior ênfase, e isto foi amplamente noticiado pela imprensa de todo o país. Não constitui segredo para ninguém que ele se opunha à exploração por terceiros das reservas de minérios em terras dos Índios. Ele disse isto com todas as letras e se manifestou contra o famigerado Decreto 88.985, inclusive empenhando-se junto ao ex-ministro Mário Andreazza para que sua regulamentação não ocorresse. Quando tentou impor aos Caiapó e aceitação da continuidade do garimpo de Maria Bonita em troca do pagamento da ridícula taxa de 3% de "compensação" pelos recursos a eles subtraídos, o lamentável Sr. Maurício Vasconcelos não desrespeitou apenas os líderes indígenas que achou por bem tratar aos berros, do alto de sua posição de secretário geral do Ministério do Interior (recebendo no ato uma lição de civilidade do Índio Megaron); com isto o empedernido e grosseiro tecnocrata ofendeu também os princípios e legados do presidente que agonizava.

O ministro Costa Couto mostrou-se nesta ocasião demasiado incerto e mal avisado. Tendo aceito o pedido de demissão do tardio Nelson Marabuto, aparentemente por não ter segurança para decidir entre distintas sugestões que lhe eram feitas para o traçado de uma política indigenista e a ocupação do cargo a partir do qual esta seria implementada, a moda do regime anterior optou por uma solução de bolso de coleto. Não poderia ter sido mais infeliz a sua escolha: o burocrata que nomeou para a presidência da Funai, o Sr. Ailton Carneiro de Almeida, pessoa imbuída da mais completa ignorância da questão indígena e tida como propícia a setores e interesses contrários aos dos Índios, sequer tomou posse, em face da imediata e violenta oposição de indígenas e funcionários da Funai. Num próximo artigo falarei do episódio e da crise que permanece no indigenismo oficial.

Ordep Serra é antropólogo e presidente da Anai-Bahia.